

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MAFAMUDE

Sessão Ordinária realizada no dia 29 de Dezembro de 2025

ATA Nº 3/2025

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas dezoito horas e trinta e sete minutos, teve lugar a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Mafamude, que decorreu na sede da Junta de Freguesia de Mafamude, sita na Rua Soares dos Reis, nº 1154, 4430-240 Vila Nova de Gaia, presidida por Paulo Sérgio Costa da Silva, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia.

Constituíram a mesa da Assembleia de Freguesia para além do Presidente, a 2ª Secretária da Mesa, Ana Daniela Martins de Oliveira, havendo a registar a falta justificada do 1º Secretário da Mesa, Francisco Alberto Carvalho Bom Pereira.

Estiveram presentes, para além dos mencionados elementos da mesa da Assembleia de Freguesia, que se encontram em representação do PPD-PSD, os seguintes deputados / elementos da Assembleia de Freguesia: Por parte do PPD-PSD: Veneranda de Lurdes Barbosa Carneiro, Francisco Diogo Cabral Nascimento e António José Areias de Miranda. Por parte da IL: António José da Silva Ferreira. Por parte do PS: Alexandra Mónica Soares Amaro, Jorge Miguel Alves Ferreira Pacheco, Daniela Pereira Vieira, José Carlos de Almeida Morais Soares, Elsa Maria Almeida Pinto e Luís Carlos Salgueiro Soares. Por parte do Chega: Alexandre Miguel Capacho Vila Real e Nélon Guilherme Teixeira Aguiar. Por parte do Livre: David Alexandre Micael Pereira. Por parte da CDU: José Alberto Pereira Mota da Costa.

Do Executivo da Junta de Freguesia estiveram presentes Gustavo Leite Gama, Paulo Alexandre de Almeida Meireles Pinho, António José da Silva Pereira, Maria José da Silva Ferreira, Marta Isabel Santos Silva Videira, Hugo Miguel da Cunha Vieira, e Mariana de Sá Monteiro.

Foram pedidas as substituições, pelos respetivos líderes dos partidos na Assembleia de Freguesia de Francisco Alberto Carvalho Bom Pereira do CDS/PP, que justificou a sua falta e que foi substituído por Helena Maria Reis Pereira e de Paulo Rui Alves de Oliveira Duarte Ferreira do Partido Socialista, que justificou a sua falta e que foi substituído por David Augusto Freitas Guimarães do mesmo partido. Conforme o mapa de presenças da assembleia do dia 29/12/2025, que se anexa com a presente ata como anexo 1.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Paulo Sérgio Costa da Silva, deu início à Assembleia e procedeu à leitura da ordem de trabalhos constantes na convocatória para esta Assembleia, dando nota da supressão do ponto 3.2. relativo à apresentação, discussão e votação da proposta do Regimento da Assembleia de Freguesia de Mafamude, decisão esta que resultou de um consenso obtido entre os líderes das várias forças partidárias e o Presidente da Mesa da Assembleia na reunião preparatória a esta Assembleia, em virtude de ser necessária uma maior atualização do diploma. Por conseguinte, este ponto foi remetido para a próxima sessão de Assembleia de Freguesia. De seguida deu-se início aos trabalhos com os seguintes pontos:

1-Período de Intervenção aberto ao Público;

Não houve lugar a inscrições por parte do público.

2 – Período Antes da Ordem do Dia;

Foram registadas seis inscrições. Uma por parte da CDU na pessoa de José Alberto Pereira Mota da Costa. Três por parte do PS, solicitadas respetivamente por Alexandra Mónica Soares Amaro; Jorge Miguel Alves Ferreira Pacheco e Elsa Maria Almeida Pinto. Duas por parte do Chega, pedidas por Nélson Guilherme Teixeira Aguiar e por Alexandre Miguel Capacho Vila Real.

Por parte da CDU, José Alberto Pereira Mota da Costa apresentou uma moção de saudação com o título: “Saudação à grande adesão à Greve Geral Contra o Pacote Laboral”, que foi entregue em suporte de papel, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexo 2. E uma moção de recomendação, com o título: “Exigir ao Operador da Rede Unir que Cumpra os Horários e Serviços com Qualidade e Preparar o Caminho para que os STCP assumam a operação em Vila Nova de Gaia”, recomendação esta que foi entregue em suporte de papel, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexo 3.

Por parte do PS, Alexandra Mónica Soares Amaro apresentou um voto de congratulação “Torneio Kaky Gaia – Clube Jovem Almeida Garrett”, que foi entregue em suporte de papel, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexo 4. Jorge Miguel Alves Ferreira Pacheco apresentou uma moção com o título. “A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia cessa o Protocolo de apoio municipal ao cartão Andante Municipal 3ª idade/“ViverGaia+65”, entregue em suporte de papel, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexo 5. Elsa Maria Almeida Pinto realizou uma intervenção declarativa, atinente ao posicionamento sobre a área da Educação, na qual afirmou a educação enquanto prioridade do desenvolvimento social, cultural e económico, destacando no mandato anterior, o trabalho da Junta de Freguesia no apoio às escolas e jardins de infância, afirmando igualmente a existência de necessidades nesse campo que ainda se encontram por resolver, que foi entregue em suporte de papel, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexo 6.

Por parte do CHEGA, Nélson Guilherme Teixeira Aguiar fez a uma intervenção com o objetivo de proceder à apreciação da situação económica e financeira da Junta de Freguesia, assinalando que a atual disponibilidade orçamental é limitada em função do enquadramento financeiro existente, questionando o executivo sobre soluções para o reforço das receitas e a cobertura das despesas presentes e futuras, sobre a existência de levantamento do património da freguesia, nomeadamente os espaços verdes e os imóveis devolutos, para eventual reabilitação e utilização, isoladamente ou em parceria com o setor privado, bem como sobre a possibilidade de recurso a outras formas de financiamento. Fez ainda um pedido para que fossem dados esclarecimentos acerca da recente alteração dos elementos do executivo da Junta de Freguesia e ainda, um reparo de reprovação quanto ao comportamento de alguns desses elementos na última Assembleia de Freguesia no que diz respeito a trocas de mensagens entre si no decurso da Assembleia, o que no entendimento do próprio revelou ser um comportamento pouco digno e perturbador do normal decurso dessa Assembleia.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Paulo Sérgio Costa da Silva, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta, Gustavo Leite Gama, a pedido deste, para responder às intervenções dos partidos. Neste âmbito, o Sr. Presidente da Junta, Gustavo Leite Gama, começou por responder à intervenção sobre a área da Educação, apresentada por Elsa Maria Almeida Pinto do Partido Socialista. Referiu os três estabelecimentos de ensino: a Escola Básica de S. J. Nicolau, que

necessita de uma intervenção no campo de futebol; a Escola Básica do Cedro, reconhecida como prioritária e com necessidade de requalificação; e a Escola Básica de Laborim de Cima, mencionada no contexto de melhorias e intervenções previstas, entre outras que irão ser equacionadas no parque escolar e educacional. De seguida, procedeu à resposta relativamente à intervenção de Néilson Guilherme Teixeira Aguiar, do Partido Chega, assumindo que as explicações relativas à mudança de membros do executivo foram dadas na Assembleia anterior. Relativamente ao património existem problemas estruturais relevantes, com destaque para a necessidade de manutenção dos imóveis, com destaque para os problemas de infiltrações no edifício da Junta, que exigem uma intervenção robusta pelo que está a ser ponderada uma resposta eficaz para debelar este problema em articulação com a Câmara Municipal. Outra ideia importante nesta área seria a exploração de espaços na nossa Freguesia, como a adoção de pequenas concessões que pudessem criar alguma receita, como espaços de cafés, entre outros. Adicionalmente, referiu que está em curso o levantamento do património imóvel edificado e não edificado da Junta de Freguesia, com o objetivo de identificar ativos subaproveitados, tendo sido até ao momento, identificados a Casa da Liberdade e o Jardim Soares dos Reis para potencial requalificação de uso ou concessões, enquanto novas fontes de receita.

O Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra para responder à intervenção do elemento do partido Chega, relativamente à última parte da sua intervenção, uma vez que foi posto em causa o comportamento de alguns dos elementos do Executivo da Junta durante o decurso da última Assembleia, o que no entendimento do membro do Chega revelou ser um comportamento perturbador do normal decurso dessa Assembleia, ora, sendo uma das competências do Presidente da Mesa da Assembleia assegurar o seu regular funcionamento, este viu-se impelido a responder ao reparo afirmando que não se apercebeu de qualquer constrangimento no decurso da última Assembleia de Freguesia, nomeadamente de qualquer comportamento menos próprio dos elementos do Executivo da Junta, e que não vê qualquer obstáculo ou impedimento a que quer os elementos do Executivo, quer os membros dos diversos partidos na Assembleia possam durante o seu funcionamento trocar mensagens ou breves opiniões, sem que tal perturbe os trabalhos deste órgão.

Foi concedida a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia que reiterou que participa nas Assembleias de Freguesia com todo o respeito e com toda a atenção ao que se passa e ao que é dito pelos elementos da Assembleia.

De seguida por parte do CHEGA, Alexandre Miguel Capacho Vila Real apresentou duas moções, a primeira com o título: “Moção para a transmissão online das sessões da Assembleia” e a segunda com o título: “Moção pela reflorestação e valorização do Património Natural da Freguesia”, ambas entregues em suporte de papel, cujos conteúdos se dão aqui por integralmente reproduzidos para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexos 7 e 8.

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, deu nota que o assunto relativo à transmissão em direto e Online das sessões da Assembleia, estava já a ser discutido entre os líderes dos diversos grupos políticos representados na Assembleia de Freguesia.

Foi ainda pedida a palavra pelo elemento da IL, António José da Silva Ferreira que afirmou que o motivo da sua renúncia ao executivo está mencionado no documento de renúncia que apresentou e que julga que quem quiser poder pedir a consulta do documento, caso contrário, poderá solicitar o documento ao próprio.

O Presidente da Mesa da Assembleia informou os membros da Assembleia de Freguesia que de seguida seriam distribuídas fotocópias das moções e votos apresentados, a todos os grupos políticos e suspendeu os trabalhos por sete minutos para reflexão dos membros da Assembleia e posterior votação.

Após a suspensão dos trabalhos, foi aberto o período de votação iniciando com a moção intitulada: “Saudação à grande adesão à Greve Geral Contra o Pacote Laboral”, tendo a mesma sido aprovada, com nove votos a favor dos elementos do PS, Livre e CDU; duas abstenções dos elementos do CH e os votos contra dos elementos do PSD, CDS e IL.

De seguida, foi aberto o período de votação da proposta de recomendação intitulada “Exigir ao Operador da Rede Unir que Cumpra os Horários e Serviços com Qualidade e Preparar o Caminho para que os STCP assumam a Operação em Vila Nova de Gaia”, tendo a mesma sido aprovada, com 2 votos a favor dos elementos do Livre e CDU, 1 voto contra do elemento da IL e as abstenções dos membros do PSD, CDS, PS e Chega.

Foi aberto o período de votação da congratulação intitulada “Torneio Kaky Gaia – Clube Jovem Almeida Garrett”, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Foi aberto o período de votação da moção de recomendação intitulada “A Câmara Municipal de Gaia cessa o Protocolo de apoio municipal ao cartão andante municipal 3ª idade / “ViverGaia+65”, tendo a mesma sido aprovada, com 11 votos a favor dos elementos do PS, Chega, CDU, Livre, e os votos contra dos elementos do PSD, CDS e IL.

Foi aberto o período de votação da moção intitulada “Transmissão on-line das Sessões da Assembleia”, tendo a mesma sido aprovada, com os votos a favor de todos os elementos da Assembleia exceto a abstenção do elemento do LIVRE.

Foi aberto o período de votação da moção intitulada “Reflorestação e Valorização do Património Natural da Freguesia”, tendo a mesma sido aprovada, com 10 votos a favor dos elementos do Chega, PS e CDU e as abstenções dos restantes elementos do PSD, CDS, IL e LIVRE.

Quanto à proposta de recomendação intitulada “Exigir ao Operador da Rede Unir que Cumpra os Horários e Serviços com Qualidade e Preparar o Caminho para que os STCP assumam a Operação em Vila Nova de Gaia”, foram apresentadas duas declarações de voto. A primeira por parte de Miguel Alves Ferreira Pacheco (PS), na qual referiu que, durante a campanha, o Partido Socialista identificou esta matéria como um problema grave e que o tema consta da ordem do dia. Foi igualmente esclarecido que, no momento atual, não existe enquadramento que permita consagrar outras soluções, devendo o foco da bancada do Partido Socialista centrar-se no cumprimento do que está previsto. Nesse sentido, foi reafirmado que a posição do Partido Socialista passa por exigir ao operador o cumprimento integral do caderno de encargos. A segunda por parte de Francisco Cabral Nascimento (PSD), que salientou a necessidade de uma discussão pública alargada sobre a mobilidade e os atuais percursos, sublinhando que o modelo de serviço em vigor deve ser repensado com uma perspetiva de futuro. Importa adotar uma abordagem responsável, enquadrada numa reforma metropolitana da mobilidade, evitando decisões precipitadas. Acrescentou ainda que eventuais alternativas ao serviço existente devem ser devidamente estudadas, com base numa análise de custo-

benefício, manifestando a expectativa de que, no futuro, vai ser assegurado um serviço de mobilidade digno para os gaienses.

Quanto à moção de recomendação intitulada “A Câmara Municipal de Gaia cessa o Protocolo de apoio municipal ao cartão andante municipal 3ª idade / “ViverGaia+65”, Veneranda de Lurdes Barbosa Carneiro (PSD) apresentou uma declaração de voto. Afirmou que votou contra a moção apresentada pelo Partido Socialista, apontando a falta de rigor na terminologia utilizada, nomeadamente na referência à “cessação” do protocolo, esclarecendo que o mesmo não foi cessado, encontrando-se em fase de reavaliação. Sustentou que o atual executivo Camarário está empenhado na definição de critérios e na ponderação de medidas complementares, entendendo que a questão em análise envolve uma medida com impacto num número significativo de beneficiários. Indicou ainda que todos os beneficiários foram informados pela autarquia, através de comunicações enviadas pelos serviços municipais. Referiu ainda que, no contexto do investimento na rede de transportes e na mobilidade, justifica-se a suspensão temporária da medida, de modo a permitir a avaliação rigorosa dos critérios aplicáveis, pelo que, a moção apresentada pelo Partido Socialista não reflete a realidade.

Relativamente à moção intitulada “Transmissão on-line das Sessões da Assembleia”, David Alexandre Micael Pereira (LIVRE), apresentou uma declaração de voto, onde referiu que a proposta apresentada pelo Chega era desnecessária uma vez que já havia sido iniciada a discussão e análise do tema em sede de reunião de líderes, tendo sido inclusive acordado não proceder à votação do Regimento na presente sessão, para permitir atualizar o seu texto por forma a contemplar o enquadramento relativo às transmissões on-line das Assembleias. Referiu ainda não fazer sentido votar a favor de uma moção quando ela já está a ser implementada. Foi entregue a declaração de voto por escrito, sendo parte integrante desta ata como anexo 9.

No que toca à da moção intitulada “Reflorestação e Valorização do Património Natural da Freguesia”, foram apresentadas duas declarações de voto. A primeira por parte de António José da Silva Ferreira (IL), onde este manifestou a disponibilidade para convidar as forças políticas à apresentação de uma nova moção, considerando que a identificação de áreas florestais em contexto urbano não é simples, tendo sido sugerida a possibilidade de apresentação de uma moção conjunta sobre esta matéria. A segunda declaração de voto por parte de Helena Maria Reis Pereira (PSD), onde esta reconheceu a importância da sustentabilidade ambiental e da melhoria dos espaços verdes da freguesia, salientando-se que o incremento de espécies autóctones é essencial para a qualificação do ambiente urbano e para a potenciação da captação de carbono. Foi ainda referido que, sendo Mafamude uma freguesia maioritariamente urbana, os conceitos de floresta, florestação e reflorestação não têm aplicação direta, uma vez que existe enquadramento legal específico para o reconhecimento de áreas florestais, com critérios mínimos que a freguesia não reúne. Nesse contexto, foi esclarecido que não é possível articular com a entidade competente na matéria florestal, designadamente o ICNF, relativamente a procedimentos de abate ou gestão florestal. Manifestou contudo, o interesse na avaliação dos espaços verdes existentes, bem como na identificação de arruamentos com potencial para reperfilamento e instalação de árvores, reconhecendo-se que, em muitos casos, o traçado urbano limita a colocação de árvores em caldeira. Foi sublinhado que estas medidas são relevantes para a melhoria do conforto urbano e para contrariar a tendência de corte e abate de árvores verificada no anterior executivo municipal.

3- Período da Ordem do Dia;

3.1. Preenchimento de uma vaga na Assembleia de Freguesia, em virtude da eleição dos vogais para a Junta de freguesia ocorrida na Assembleia de 2/12/2025;

Em virtude da recomposição dos vogais do executivo da Junta de Freguesia na sessão da Assembleia de Freguesia de 2/12/2025, é necessário efetivar o preenchimento de uma vaga na Assembleia de Freguesia, pelo que, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia procedeu ao chamamento do eleito imediatamente a seguir da respetiva lista nos termos legais a ocupar o seu lugar, procedendo-se à verificação da sua legitimidade e identidade, a saber:

Joaquim Carlos Oliveira Neves, portador do cartão de cidadão n.º 8408272 0 ZZ2, válido até 04/03/2029, Entidade Emissora: Identificação Civil. Cujas assinatura consta do anexo à presente Ata, que faz parte integrante da mesma, como anexo 10. Que ocupou de imediato o seu lugar na Assembleia de Freguesia.

3.2. Apresentação, discussão e votação da Proposta do Regimento da Assembleia de Freguesia de Mafamude;

Neste ponto da Ordem do dia, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, após ter reunido o consenso de todas as forças partidárias com assento na Assembleia de Freguesia decidiu retirar da Ordem do dia o presente ponto, pelo facto do mesmo ainda estar em discussão e ser necessária uma atualização mais profunda do Regimento da Assembleia de Freguesia de Mafamude por forma a abranger a temática da transmissão on-line das Assembleias, com as necessárias implicações da Lei da proteção de dados pessoais. Não obstante, este diploma será concluído, em concertação com os partidos representados na Assembleia de Freguesia, nos próximos dias e constará do Período da Ordem do dia da próxima Assembleia, para ser aí apresentado, discutido e votado.

3.3. Apresentação, discussão e votação da proposta de Adesão à ANAFRE;

Foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia que apresentou esta proposta considerando que a adesão à Anafre é fundamental para o enquadramento da Freguesia, pelo contexto institucional e apoios que possibilita, entre outros.

Após a apresentação, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia abriu o momento para a discussão do documento.

António José da Silva Ferreira (IL), referiu que poderá ser benéfico a adesão à ANAFRE, porém defendeu a necessidade de reavaliação, clarificando os benefícios concretos e os custos associados. Nesse sentido, foi proposta a realização de uma avaliação periódica, pelo menos anual, sendo dirigido um convite ao executivo para apresentar essa análise.

Jorge Miguel Alves Ferreira Pacheco (PS), referiu que a ANAFRE deve ser entendida como uma parceira relevante das freguesias, sendo fundamental a sua ligação ao movimento autárquico e a participação em congressos e momentos de articulação institucional. Foi destacado que, em contextos críticos, como durante a pandemia, a ANAFRE prestou apoio jurídico às freguesias, permitindo a resolução de várias situações concretas, designadamente a celebração de acordos com os CTT após o encerramento de estações de serviço. Foi ainda salientado que esse apoio contribuiu para ultrapassar dificuldades financeiras e reforçar a capacidade de atuação das juntas de freguesia, reconhecendo-se a utilidade prática da associação enquanto estrutura de apoio às freguesias.

Foi aberto o período de votação, tendo a proposta de Adesão à ANAFRE sido aprovada por unanimidade, fazendo parte desta Ata como anexo A.

3.4. Apresentação, discussão e votação da proposta de Regulamento de atribuição de subsídios;

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Gustavo Leite Gama para ser apresentada a proposta de Regulamento de atribuição de subsídios. Este procedeu a um enquadramento histórico da matéria, referindo que algumas das situações agora em análise tiveram origem em decisões do executivo anterior. Recordou que, em 2019, foi apresentada a proposta intitulada “Melhor associativismo, melhor comunidade”, cujo objetivo passava pela valorização das associações locais, pelo reconhecimento do seu mérito e pela responsabilização quanto à correta aplicação dos apoios atribuídos. Esclareceu que esses apoios deveriam estar devidamente fundamentados nos planos de atividades e orçamentos apresentados pelas associações, garantindo transparência e coerência na sua atribuição. Referiu ainda que o regulamento então instituído, aplicado quer pelo executivo anterior quer pelo atual, se afigura adequado, salientando, contudo, que o principal objetivo do atual executivo é assegurar não apenas a sua existência formal, mas a sua efetiva concretização. Acrescentou que, no passado, a aplicação prática do regulamento nem sempre foi possível ou produziu os resultados esperados, manifestando a intenção de, neste mandato, cumprir de forma rigorosa os princípios e critérios nele consagrados.

Após a apresentação, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia abriu o momento para a discussão do documento.

David Alexandre Micael Pereira (LIVRE), considerou que os regulamentos devem conter critérios suficientemente claros e objetivos, de modo a permitir que diferentes avaliadores cheguem às mesmas conclusões. Manifestou a opinião de que o regulamento, na redação atual, não cumpre essa exigência, apontando que alguns critérios previstos, designadamente no artigo 8.º, recorrem a conceitos indeterminados, como a originalidade ou o estabelecimento de parcerias, sem que exista uma grelha de avaliação ou ponderação definida. Foi ainda referido que não se encontra claro se esses critérios têm pesos diferenciados, nem se são aplicados de forma uniforme a todas as entidades. Acrescentou que o disposto no n. 2 do artigo 2º, ao atribuir ao executivo uma margem de decisão considerada excessiva, suscita dúvidas quanto à sua adequação normativa. Concluiu manifestando reservas quanto à legalidade do regulamento, alertando que, apesar de poder ser juridicamente enquadrável, poderá ser objeto de impugnação em sede de tribunal administrativo e fiscal.

José Alberto Pereira Mota da Costa (CDU), afirmou que não se opõe à introdução de maior rigor no regulamento. Contudo, colocou a questão relativa à natureza do procedimento adotado, questionando se foi assegurado o cumprimento das formalidades legais aplicáveis, designadamente a realização de consulta pública e audiência dos interessados. Acrescentou que, caso tal não tenha ocorrido, essa auscultação deveria ter sido promovida previamente à apreciação do documento por esta Assembleia, nos termos legalmente previstos.

António José da Silva Ferreira (IL), manifestou reservas quanto ao regulamento em discussão, considerando que o mesmo revela uma ambição reduzida face ao objetivo de promover maior equidade e rigor na atribuição de subsídios. Defendeu que, embora reconheça a necessidade de alguma flexibilidade e a existência de exceções justificadas, estas devem estar devidamente regulamentadas, fundamentadas e publicitadas. Salientou que os subsídios atribuídos pela Junta de Freguesia devem ser encarados como custos, não devendo ser tratados de forma

discricionária, sob pena de falta de transparência e previsibilidade. Acrescentou que o regulamento carece de critérios objetivos, claros e auditáveis, alertando para a inexistência de regras definidas quanto à atribuição, aos montantes e à ponderação dos apoios. Referiu ainda a importância de exigir que os projetos apresentados incluam o orçamento global da iniciativa, bem como a definição de um teto máximo de comparticipação da Junta, de forma a incentivar o recurso a outras fontes de financiamento. Concluiu que, face às limitações orçamentais, importa estabelecer critérios rigorosos para evitar a dispersão de recursos por múltiplas entidades, assegurando que os apoios serão distribuídos de forma justa e transparente.

Daniela Pereira Vieira (PS) afirmou que, o seu partido manteve uma posição firme e coerente de apoio às associações e organizações locais, não por mera formalidade, mas por convicção de que cada euro investido nestas entidades representa um investimento na coesão social, na cultura, na educação e no desporto. Saliu o papel essencial das associações na preservação do património imaterial da freguesia e na transmissão de valores e identidades às gerações mais jovens, através de atividades culturais, educativas e desportivas. Destacou ainda a colaboração das associações com as escolas, nomeadamente através da participação nos conselhos gerais e da auscultação das necessidades educativas, contribuindo para a melhoria das condições escolares. Referiu igualmente o papel dos clubes desportivos na promoção do espírito de equipa, da cidadania e da participação comunitária, bem como a importância das associações humanitárias e religiosas no apoio aos mais vulneráveis, designadamente idosos, imigrantes e famílias em situação de fragilidade. O Partido Socialista sublinhou que os subsídios atribuídos devem ter um propósito claro de reforço das respostas sociais e comunitárias, recordando exemplos recentes de cooperação entre a Junta e as associações, nomeadamente durante o período da pandemia. Concluiu que, o regulamento deve refletir esta visão de proximidade e apoio às pessoas, salientando a importância de um processo participado, incluindo consulta pública, de modo a garantir que as associações, em particular aquelas com maiores dificuldades de organização formal, não fiquem excluídas do acesso aos apoios.

Nelson Guilherme Teixeira Aguiar (Chega), manifestou o entendimento de que, em termos gerais, existe concordância quanto ao princípio da atribuição de subsídios, reconhecendo-se a sua importância para apoiar quem deles necessita. Contudo, foi salientada a necessidade de assegurar maior rigor, seriedade e escrutínio na avaliação das entidades efetivamente elegíveis, alertando que a falta de critérios claros pode gerar dificuldades futuras para o executivo. Foi referido que o documento em discussão pode ser melhorado, defendendo-se que o mesmo seja revisto, reformulado e posteriormente reapresentado para votação. Acrescentou-se que, nas condições atuais, o documento poderá conduzir a um elevado número de abstenções, por não apresentar critérios suficientemente claros e objetivos, considerando-se, por isso, preferível o seu aperfeiçoamento antes de nova apreciação.

Francisco Cabral Nascimento (PSD), referiu que existe consenso quanto à importância do apoio às coletividades. Foi salientado que o essencial não é o princípio da atribuição de subsídios, mas sim o modo como essa atribuição é feita. Referiu que as coletividades recorrem a diversas fontes de financiamento, nomeadamente subsídios da Junta, da Câmara Municipal e parcerias com entidades privadas, sendo esse esforço conjugado fundamental para responder às suas necessidades. Foi sublinhado que o regulamento não visa eliminar subsídios, mas antes assegurar que os apoios são atribuídos com base no mérito, na justiça e no impacto efetivo das entidades na comunidade. Defendeu-se que os apoios devem privilegiar as associações que desenvolvem atividade relevante e com impacto real no território, evitando a atribuição automática de subsídios sem correspondência com a atividade desenvolvida. Concluiu que o

regulamento em discussão reflete uma visão de responsabilidade social e de rigor na atribuição de apoios, orientada para o desenvolvimento da freguesia.

Jorge Miguel Alves Ferreira Pacheco (PS), salientou que nenhum regulamento consegue responder a todas as situações concretas, sendo inevitável a existência de alguma margem de flexibilidade. Mencionou que determinadas candidaturas podem não reunir, em determinados momentos, todas as condições exigidas pelo regulamento, o que não invalida a necessidade de apreciação caso a caso. Por isso segundo o próprio, a Assembleia de Freguesia tem um papel relevante na definição do enquadramento normativo, competindo depois à Junta de Freguesia a aplicação dos subsídios, nos termos do regulamento aprovado. Acrescentou que o procedimento adotado visa reforçar a transparência e a clareza na atribuição dos apoios, garantindo que a decisão final respeita os critérios estabelecidos e é devidamente fundamentada. Conclui a reafirmar o entendimento comum quanto à importância do apoio às associações, manifestando concordância com intervenções anteriormente proferidas sobre esta matéria

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta, que referiu a dificuldade de prever e abarcar todos os critérios suscetíveis de responder às diferentes situações, sendo, por isso, inevitável a existência de alguma margem de flexibilidade. Salientou que o regulamento não pode assumir um carácter excessivamente restritivo, sob pena de comprometer a atribuição de subsídios, a celebração de protocolos e o normal funcionamento das instituições. Acrescentou que o atual contexto, marcado pela recente desagregação de freguesias, exige particular atenção relativamente aos prazos e procedimentos, uma vez que a inexistência de um regulamento em vigor pode comprometer a apresentação de candidaturas até 31 de março e gerar incerteza quanto aos apoios a atribuir. Esclareceu ainda que a aprovação do regulamento não corresponde a um corte nos subsídios, mas antes à criação de um enquadramento que assegure maior justiça e equidade na sua atribuição. Reconheceu como pertinentes algumas das dúvidas levantadas, designadamente quanto à clareza de determinadas normas, recordando que, em 2019, foi ponderada a criação de mecanismos de avaliação do mérito, ideia que não chegou a ser concretizada por falta de tempo e reflexão adicional. Concluiu defendendo que o objetivo central do regulamento é promover o dinamismo e a continuidade das associações, admitindo a possibilidade de ajustamentos futuros, sem prejuízo da urgência e da necessidade de garantir estabilidade no apoio às instituições.

José Alberto Pereira Mota da Costa (CDU), solicitou a palavra para questionar o Presidente do executivo da Junta de Freguesia para saber se tinha havido audiência de interessados e consulta pública ao documento em análise de acordo com o CPA.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia respondeu reafirmando que o diploma é similar ao anterior e que poderá ser substituído por outro em qualquer altura.

António José da Silva Ferreira (IL) solicitou a palavra para pedir que se atribísse um prazo de vigência ao regulamento permitindo que no imediato ele pudesse entrar em vigor e acautelar as necessidades financeiras das instituições, mas que fosse alvo de uma reformulação no futuro.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia interveio para esclarecer o elemento da IL que o regulamento estará em vigor até ser substituído.

Foi aberto o período de votação, tendo a proposta de Regulamento de atribuição de subsídios sido aprovado com 14 votos a favor de todos os elementos do PSD, CDS e PS, 3 votos contra

dos elementos do LIVRE, CDU e IL e 2 abstenções dos elementos do Chega, fazendo parte da ata como anexo B.

David Alexandre Micael Pereira (LIVRE) entregou por escrito a sua declaração de voto relativa a este ponto, cujo conteúdo se dá aqui por integralmente reproduzido para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexo 11.

Neste momento o elemento do partido Chega, Alexandre Miguel Capacho Vila Real, teve de se ausentar para estar presente na Assembleia Municipal, tendo a sua falta sido devidamente justificada, por esse motivo o partido Chega ficou a partir deste momento representado na Assembleia por um elemento, Nélson Guilherme Teixeira Aguiar.

3.5. Apresentação, discussão e votação de proposta de autorização relativa à execução das opções do plano:

3.5.1. Apresentação, discussão e votação da proposta de autorização para a delegação de competências do Município, na Freguesia, relativa às atividades e funções contidas nos artigos 131º a 133º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com a alínea g) n.º 1 do artigo 9º do mesmo diploma legal;

3.5.2. Apresentação, discussão e votação da proposta de autorização para, no âmbito das suas atribuições, estabelecer formas de cooperação com entidades públicas e privadas, nomeadamente IEF, Segurança Social, Empresas Municipais e outras, nos termos das disposições contidas no artigo 9.º, n.º 1, alínea j) da Lei 75/2013 de setembro;

3.5.3., discussão e votação da proposta de autorização para a atribuição de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza às instituições sem fins lucrativos, dedicadas ao desenvolvimento de atividades culturais, educacionais, recreativas, desportivas e sociais, de acordo com o Regulamento de atribuição de subsídios, tendo em conta as prioridades inscritas nas Opções do plano e nos termos das disposições contidas na Lei 75/2013 de setembro;

3.5.4. Apresentação, discussão e votação da proposta de autorização para contrair empréstimos e proceder a aberturas de créditos, junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito, de acordo com o número 1, alínea c) do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, desde que não exceda, em qualquer momento, 20% do FFF, de acordo com o n.º 5 do artigo 55.º da Lei 51/2018, de 16 de Agosto.

3.6. Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades Plurianual e Orçamento para o ano de 2026;

Relativamente aos pontos 3.5. e 3.6. do Período da Ordem do dia, por constarem do mesmo documento elaborado pelo Executivo da Junta e por serem matérias conexas, decidiu o Presidente da Assembleia de Freguesia que a apresentação dos documentos seria feita em conjunto pelo executivo da junta de Freguesia, assim como a discussão pelos membros da Assembleia de Freguesia, passando-se no final da discussão à votação individual de cada um dos pontos.

Relativamente ao ponto 3.5. o Senhor Presidente da Junta, Gustavo Leite Gama começou por referir que os pontos em apreciação consubstanciam a salvaguarda dos pressupostos consagrados nos instrumentos orçamentais, contribuindo para uma gestão financeira mais estável e segura da Junta de Freguesia. Foi ainda esclarecido que a diminuição do valor previsto para o empréstimo resulta de uma opção de prudência financeira, uma vez que o montante no

valor de cinquenta mil euros, se destinava exclusivamente a situações de carácter excecional, não estando prevista a sua utilização corrente. Acrescentou-se que este executivo manifesta confiança no orçamento apresentado e reitera que o mesmo permite assegurar o cumprimento integral dos compromissos assumidos.

Relativamente ao ponto 3.6 o Senhor Presidente da Junta tomou a palavra para apresentar para as linhas de ação do executivo, foi feita referência à modernização administrativa, destacando-se a elaboração de um manual de procedimentos e de funções na área dos recursos humanos, com vista à melhoria do serviço prestado aos cidadãos de Mafamude. Foi igualmente salientada a necessidade de proceder ao inventário patrimonial, implicando a afetação específica de recursos humanos para essa função. Relativamente ao arquivo, foi manifestada a preocupação quanto à sua localização e ao estado de conservação, prevendo-se igualmente a afetação de recursos humanos dedicados a esta área. No domínio da modernização e digitalização, mencionou a aquisição de equipamento informático, software e meios técnicos para permitir a transmissão online das sessões da Assembleia de Freguesia, esperando-se que essa funcionalidade esteja operacional durante os meses de março ou abril.

No que respeita à manutenção do património, foi indicado que se pretende dotar o edifício-sede da Junta e outros edifícios de sistemas de alarme, deteção de incêndios e melhoria da iluminação exterior. Foi ainda abordada a área da brigada exterior e dos cemitérios, referindo-se a necessidade de aquisição de maquinaria, fardamento adequado e a concretização de instalações sanitárias.

Igualmente salientou as intervenções relativamente à manutenção de arruamentos, parques e jardins, bem como medidas no domínio da ação social, com enfoque no apoio a idosos e famílias em situação de vulnerabilidade. Salientou a intenção de manter os apoios às instituições sociais e ao ensino, bem como a articulação com os protocolos existentes com a Câmara Municipal.

Quanto ao orçamento participativo, foi esclarecido pelo Sr. Presidente da Junta que, apesar de não corresponder ao montante desejado, as rubricas foram definidas com base num critério comparativo, nomeadamente numa proporção de 70/30 face à freguesia de Vilar do Paraíso.

No domínio dos equipamentos informáticos, foi expressa a convicção de que o investimento terá retorno, contribuindo para maior motivação dos trabalhadores e melhoria do serviço prestado. Relativamente ao plano de atividades, mantêm-se o conjunto habitual de iniciativas, designadamente passeios destinados à população sénior e festividades tradicionais.

Reconheceu a importância dos contributos das diferentes bancadas, agradecendo as propostas apresentadas no exercício do direito de oposição. Foi dado como exemplo a consensualidade em torno da transmissão em direto das sessões da Assembleia de Freguesia, já refletida no orçamento.

No que respeita ao aumento da participação cívica, foi dado o exemplo da aposta na comunicação, incluindo a criação de novas redes sociais, em virtude da anterior configuração enquanto união de freguesias não mais existir. No âmbito das políticas para os seniores anunciou a intenção de alargar o centro de convívio e a Academia Sénior, tendo sido já efetuado um levantamento das necessidades e da frequência existente.

Na área social, destacou a importância da sinalização de idosos isolados e cuidadores informais, defendendo a criação de uma rede articulada com os centros de saúde, enquanto

entidades com maior capacidade de identificação de situações de risco. Foi ainda referida a intenção de promover a solidariedade intergeracional, bem como o desenvolvimento do Programa Cuidar Mafamude, orientado para a sinalização, encaminhamento e acompanhamento de ocorrências.

Sublinhou a importância de planear, cuidar e antecipar problemas, sendo anunciado o objetivo de criar um Fórum de Segurança Local, envolvendo a PSP, a Polícia Municipal e a Proteção Civil, com reuniões regulares, atendendo às preocupações manifestadas pela população.

No domínio dos parques infantis e espaços verdes, foi referido que está prevista a construção de um novo parque infantil em Laborim de Cima, bem como a requalificação do Parque de Santa Luzia, em articulação com a Câmara Municipal.

Relativamente ao território, foi anunciada a intenção de proceder ao mapeamento de prédios em ruínas e devolutos, com posterior articulação com a Câmara Municipal. No que respeita à gestão de resíduos, foi referido que a recolha porta a porta constitui uma matéria que depende essencialmente da Câmara Municipal, embora tenha sido reconhecida a pertinência da proposta sugerida pela CDU.

No domínio da mobilidade e dos transportes públicos, defendeu que, apesar da competência principal caber à Câmara Municipal, a Junta pretende intervir no mapeamento de paragens sem abrigo e sem informação horária. Foi ainda abordada a questão do TGV, dando nota de ainda não estar definida a localização da estação em Gaia, sendo no seu entendimento preferível que a mesma se situe em Vilar do Paraíso, alertando-se para os impactos que uma eventual localização em Santo Ovídio poderia implicar.

No âmbito da economia local, reafirmou o objetivo de dinamizar o comércio e os espaços públicos, através da realização de iniciativas como um mercado de antiguidades no Largo Estêvão Torres, entre outros. Foi igualmente referida a aposta nas áreas da cultura e do desporto, com o apoio às associações e coletividades, designadamente no andebol, futebol e outras modalidades, não apenas através de subsídios, mas também mediante apoio logístico e de transporte.

Foi ainda sublinhada a importância da divulgação do calendário cultural e desportivo, de forma a tornar a informação acessível à população e incentivar a participação.

Quanto ao Vilanovense, esclareceu que será necessário encontrar uma nova localização para o seu espólio, estando a ser ponderada a Casa da Liberdade para esse efeito.

Por fim, o executivo manifestou que muitas das ideias e propostas provenientes dos restantes partidos foram acolhidas e demonstrou total disponibilidade para continuar a acolher contributos das diferentes bancadas, sublinhando que o trabalho deve ser desenvolvido de forma contínua, num esforço de colaboração entre todos e sempre orientada para a defesa dos interesses da população de Mafamude.

Após as apresentações dos pontos 3.5. e 3.6. do Período da Ordem do dia, foi aberto o período de discussão dos documentos em apreço.

Jorge Miguel Alves Ferreira Pacheco (PS) reconheceu que a Junta de Freguesia atravessa um período exigente decorrente da recente desagregação de freguesias, manifestando, contudo, a opinião de que o orçamento apresentado reproduz, em grande medida, o do ano anterior, revelando no entanto falta de ambição no diploma para o desenvolvimento da freguesia e

expressando que este não seria o orçamento do Partido Socialista. Colocou questões relativas à mobilidade, defendendo que deverá ser assegurada uma solução menos intrusiva para a estação do TGV e que a mesma deverá possibilitar a ligação à rede metropolitana de transportes, independentemente da sua localização em Santo Ovídio ou Vilar do Paraíso. Referiu igualmente a matéria da gestão de resíduos, recordando decisões anteriores da Suldouro quanto à recolha seletiva e a sua extensão ao meio urbano nomeadamente a Mafamude. Salientou a necessidade de normalização interna da Junta de Freguesia, através da existência de regulamentos e normas de controlo interno, bem como medidas na área da ação social, designadamente ao nível da saúde mental e do apoio ao emigrante. A ação social é um ponto chave para o PS, em que foram criadas várias valências nos últimos mandatos e seria necessária maior atenção nesta área. Manifestou discordância quanto à redução da verba afeta ao orçamento participativo, defendendo a sua relevância para a resolução de necessidades práticas das instituições. Abordou ainda as limitações previstas nas verbas destinadas para arruamentos, parques infantis e jardins, no entanto, salientou com agrado o plano comunicado pelo Presidente da Junta relativo à instalação de um parque infantil no espaço da Escola de Laborim de Cima. Por fim, indicou que o Partido Socialista demonstrará responsabilidade na votação deste orçamento para viabilizar a gestão da Freguesia e optará pela abstenção na votação do orçamento, apesar da falta de ambição do documento.

José Carlos de Almeida Morais Soares (PS), expressou que o orçamento é básico e simples, sendo que as despesas correntes absorvem a quase totalidade do orçamento, não existe por isso uma grande flexibilidade orçamental. Não obstante, não existe no documento a ambição necessária ou a previsão de algum investimento para a Freguesia com a alocação de verbas para esse efeito. Enalteceu a postura do Presidente da Junta pela verticalidade demonstrada, no entanto, a Junta terá de ter no futuro mais ambição e reivindicar obras. Espera que nos próximos meses possa ser elaborado um orçamento retificativo mais ambicioso, dando como exemplo que no último ano do mandato anterior foram requeridas verbas na ordem de cerca de 370.000,00 euros para obras na freguesia. O nosso voto vai no sentido de dar a este executivo o benefício da dúvida neste momento, tendo em conta o pouco tempo deste executivo desde a sua tomada de posse exigindo muito mais no futuro próximo. Relativamente ao assunto do TGV e à localização da estação discorda do entendimento do Presidente da Junta, uma vez que a localização da estação nas imediações de Santo Ovídio traria benefícios para a envolvente dada a requalificação que seria realizada no local.

David Alexandre Micael Pereira (LIVRE), referiu que o orçamento constitui um instrumento de gestão, reconhecendo-se que, neste primeiro momento, pode assumir um carácter mais contido. Compreendendo que neste primeiro mandato o orçamento pudesse ser mais contido e que por isso a maioria das propostas apresentadas pelo partido Livre em sede de direito de oposição foram propostas sem impacto financeiro. Foi igualmente defendido que o orçamento é um instrumento de concretização de opções políticas, manifestando-se discordância quanto à redução da verba afeta ao orçamento participativo, considerada um dos principais mecanismos de participação direta dos mafamudenses. Foi referido que a redução para seis mil euros representa um decréscimo significativo face ao montante anteriormente fixado. Por fim, divulgou que o Livre é um partido responsável e sensível ao facto deste executivo estar há pouco no exercício do seu mandato e que por isso optará pela abstenção na votação do orçamento, manifestando a expectativa de que se venha a verificar maior ambição e clareza na gestão do orçamento.

Francisco Cabral Nascimento (PSD), referiu que a freguesia se encontra a atuar de forma autónoma, tendo sido caracterizado o orçamento apresentado como cauteloso e realista, orientado por princípios de responsabilidade. Foi indicado que esta opção decorre do reduzido tempo de exercício de funções do executivo da Junta e da Câmara Municipal, sendo necessária a constatação da realidade da nossa freguesia visando não comprometer o futuro da mesma. Foi ainda manifestada a expectativa de que de futuro venha a ser apresentado um orçamento com maior margem de ambição.

Nélson Guilherme Teixeira Aguiar (CHEGA), declarou que o orçamento apresentado revela um nível de ambição limitado. Contudo, foi indicado que, por uma posição de responsabilidade institucional e apesar de esperar mais do executivo, o CHEGA não votará contra a proposta.

António José da Silva Ferreira (IL), reconheceu as limitações atualmente existentes, tendo sido manifestada a intenção de apresentar uma declaração escrita sobre esta matéria para não atrasar os trabalhos desta Assembleia, declaração que entregou em suporte de papel, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexo 12.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta, Gustavo Leite Gama, que começou por esclarecer que o orçamento apresentado não assume um carácter particularmente ambicioso, mas introduz elementos de inovação relevantes, designadamente no domínio da digitalização dos serviços. Referiu que a Junta de Freguesia se encontra ainda a funcionar com processos essencialmente em suporte papel, sendo um objetivo do executivo proceder à modernização administrativa, através da aquisição de software e de sistemas que permitam o acesso remoto e integrado à informação e aos procedimentos internos.

Relativamente aos protocolos estabelecidos pela Câmara Municipal com algumas juntas de freguesia, esclareceu que os mesmos se destinaram à criação de mecanismos de tesouraria de emergência. Referiu que, quando essa possibilidade foi comunicada, o executivo entendeu não ser necessário recorrer, nessa fase, a uma antecipação de verbas, uma vez que a Junta se encontrava em condições de cumprir os seus compromissos financeiros. Acrescentou que, no contexto da desagregação das freguesias, Vilar do Paraíso recebeu um apoio no valor de vinte e cinco mil euros, enquanto Mafamude recebeu mil euros, explicando que tal diferença se ficou a dever ao facto de aquela freguesia se encontrar em risco de não conseguir assegurar o pagamento das remunerações dos seus funcionários, situação que, no caso de Mafamude, nunca se colocou.

Referiu ainda que foram desenvolvidas diligências junto da Câmara Municipal no sentido de reivindicar a regularização de encargos entretanto identificados, nomeadamente relativos a viaturas em regime de renting e ao estado em que foram entregues, bem como faturas de consumo de água. Indicou que algumas dessas faturas já foram liquidadas.

Relativamente ao orçamento participativo, referiu que, embora exista margem para melhoria, a verba inicialmente inscrita reflete uma opção prudente, atendendo ao grau de incerteza existente quanto às receitas e despesas. Explicou que, apesar de existir a possibilidade de um reforço através de verbas provenientes de protocolos com a Câmara Municipal, foi adotada uma posição conservadora, mantendo-se a intenção de reforçar esta rubrica numa eventual revisão orçamental e nos próximos orçamentos.

Relativamente à localização da estação de TGV, referiu que existe concordância quanto à opção por Vilar do Paraíso, salientando o impacto negativo que uma eventual localização em Santo

Ovídio traria, designadamente o bloqueio prolongado daquela área e a necessidade de demolição de habitações, alertando ainda para o risco de o concelho de Vila Nova de Gaia poder não vir a beneficiar de uma estação de TGV. Por fim, referiu que as matérias relativas às normas de controlo interno e a outros instrumentos regulamentares serão objeto de apreciação e eventual aprovação em momento posterior.

Foi aberto o período de votação, com as seguintes votações:

A proposta de autorização para a delegação de competências do Município, na Freguesia, relativa às atividades e funções contidas nos artigos 131.º a 133.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com a alínea g) n.º 1 do artigo 9.º do mesmo diploma legal, que faz parte do ponto 3.5.1 do presente Período da Ordem do dia, foi aprovada por unanimidade, cujo documento é parte integrante do anexo C junto a esta ata.

A proposta de autorização para, no âmbito das suas atribuições, estabelecer formas de cooperação com entidades públicas e privadas, nomeadamente IEFP, Segurança Social, Empresas Municipais e outras, nos termos das disposições contidas no artigo 9.º, n.º 1, alínea j) da Lei 75/2013 de setembro, que faz parte do ponto 3.5.2 do presente Período da Ordem do dia, foi aprovada por unanimidade, cujo documento é parte integrante do anexo C junto a esta ata.

A proposta de autorização para a atribuição de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza às instituições sem fins lucrativos, dedicadas ao desenvolvimento de atividades culturais, educacionais, recreativas, desportivas e sociais, de acordo com o Regulamento de atribuição de subsídios, tendo em conta as prioridades inscritas nas Opções do plano e nos termos das disposições contidas na Lei 75/2013 de setembro, que faz parte do ponto 3.5.3 do presente Período da Ordem do dia foi aprovada por unanimidade, cujo documento é parte integrante do anexo C junto a esta ata.

A proposta de autorização para contrair empréstimos e proceder a aberturas de créditos, junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito, de acordo com o número 1, alínea c) do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, desde que não exceda, em qualquer momento, 20% do FFF, de acordo com o n.º 5 do artigo 55.º da Lei 51/2018, de 16 de Agosto, que faz parte do ponto 3.5.4 do presente Período da Ordem do dia foi aprovada por unanimidade, cujo documento é parte integrante do anexo C junto a esta ata.

Por fim, o Plano de Atividades Plurianual e Orçamento para o ano de 2026, que fazem parte do ponto 3.6 do presente Período da Ordem do dia foi aprovado, com 8 votos a favor dos elementos do PSD, CDS E IL, com 10 abstenções dos elementos do PS, CHEGA, LIVRE e CDU, cujo documento é parte integrante do anexo C junto a esta ata.

Foram apresentadas declarações de voto por parte de José Alberto Pereira Mota da Costa em representação da CDU, cujo teor se encontra em suporte de papel entregue à mesa da Assembleia, fazendo parte integrante da ata como anexo 13 para o qual se remete e por David Alexandre Micael Pereira do LIVRE, cujo teor se encontra em suporte de papel entregue à mesa da Assembleia, fazendo parte integrante da ata como anexo 14 para o qual se remete.

3.7. Apreciação do relatório elaborado no âmbito do Estatuto do direito de Oposição;

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia para ser apresentado o relatório no âmbito de estatuto do direito de Oposição, conforme o anexo D junto a esta ata, sendo que, para além do que já foi referido nos pontos supramencionados, nada mais teve a acrescentar.

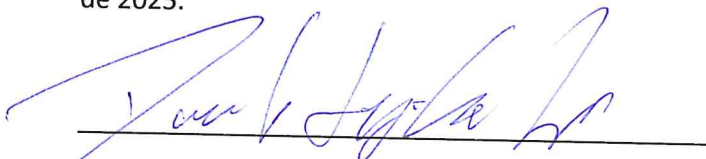
José Alberto Pereira Mota da Costa (CDU), solicitou o uso da palavra para referir que um documento desta natureza deveria ser apresentado por um dos titulares do direito de oposição, e não pelo executivo da Junta de Freguesia, por se tratar de matéria que se inscreve no âmbito das prerrogativas da oposição. Foi ainda solicitada a correção da designação utilizada, no sentido de se fazer referência ao Partido Comunista Português ou, preferencialmente, à CDU, Coligação Democrática Unitária, denominação oficialmente registada desde 1987.

3.8. Apreciação da Informação escrita do Sr. Presidente de Junta de Freguesia ao abrigo da alínea e) do n.º 2 artigo 9.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia para ser apresentado a informação escrita da sua responsabilidade ao abrigo da alínea e) do n.º 2 artigo 9.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, junto a esta ata como anexo E, que apresentou sucintamente o documento destacando a parte da ação social e o compromisso anteriormente assumido que não está detalhado no documento, nesse capítulo foi um esforço conjuntamente com de diversas empresas e grupos económicos para contribuírem para cabazes de Natal, que reverteram em vários apoios a famílias de Mafamude. O Mercado de Natal também foi organizado, pese embora o tempo desfavorável e o escasso tempo de preparação. Afirmou que o executivo da Junta continuará a estar atento a esta área.

Após este ponto, o Sr. Presidente da Junta informou o Presidente da Assembleia que iria ausentar-se da Assembleia em virtude de ter de estar presente na Assembleia Municipal que se encontrava a decorrer, tendo a sua falta sido devidamente justificada.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia fez a leitura da minuta da Ata, colocando-a de seguida a votação, que mereceu a aprovação por unanimidade dos membros presentes nesta Assembleia, referindo que Ata irá ser reduzida a escrito e será enviada aos líderes dos partidos representados na Assembleia. Por fim, desejou um bom ano de 2026 a todos e declarou encerrada a Assembleia, pelas 21:35 horas, do dia 29 de dezembro de 2025.



Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia

ANA JOAQUINA NORTEAS DE OLIVEIRA

Segunda Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia